

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1667 | 31 DE MAIO A 5 DE JUNHO DE 2021

www.bancariosce.org.br [bancariosce](https://twitter.com/bancariosce) [bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara) [seebce](https://www.facebook.com/seebce) [85 99129 5101](https://www.whatsapp.com/channel/00299a61111111111111) [bancariosce](https://www.youtube.com/channel/UC11111111111111111111)

SE NÃO VACINAR, OS BANCÁRIOS VÃO PARAR!



ASSEMBLEIA dia 1º/6 | às 18h30 - Virtual

Os bancários estão intensificando a luta pela inclusão da categoria como prioritária na vacinação.
Assembleia vai deliberar sobre greve pela vacina **(págs. 3, 4 e 5)**

Funcionários do BB se mobilizam em defesa da Previ após renúncia do presidente do fundo (pág. 6)

Sindicato intensifica luta em defesa dos fundos constitucionais e do papel do BNB (pág. 7)

#NAVACINACOMVOCÊ: OS BANCÁRIOS PRECISAM SER VACINADOS!

Na última quinta-feira, dia 27 de maio, bancários de todo o Brasil promoveram um Dia Nacional de Luta pela inclusão da categoria como essencial no Plano Nacional de Imunização (PNI) e por vacina para todos.

Durante toda a pandemia, os bancários não pararam de atender a população, trabalhando inclusive aos sábados, permanecendo sempre na linha de frente do atendimento, responsáveis pelo pagamento do auxílio emergencial e de outros benefícios fundamentais durante esse período. Além disso, por serem ambientes fechados, com ar condicionado e pouca renovação de ar no interior do ambiente, as agências bancárias são lugares propícios à contaminação pela Covid-19.

De acordo com levantamento do Dieese, com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, que compreende o período da pandemia, o número de desligamentos por mortes na categoria bancária teve crescimento de 176,4%.

Esse crescimento provavelmente se deu por conta da Covid-19, apesar de que o Caged não informa a causa do óbito. As mortes de trabalhadores de todas as categorias seguem a mesma tendência e cresceram 71,6% na comparação entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021. No entanto, chama a atenção o salto maior verificado na categoria bancária, uma das que estão no atendimento essencial à população durante a pandemia.

O Sindicato, juntamente com a Contraf-CUT e outras entidades representativas, tem realizado diversas atividades na luta pela inclusão da categoria como prioritária na vacinação, enviando ofícios aos executivos municipal, estadual e federal cobrando a vacinação prioritária dos bancários, de agências e departamentos, além de pressionar a Fenaban para que os bancos utilizem da sua influência para solicitar a imunização dos trabalhadores junto ao governo federal. Também temos articulado junto aos parlamentares federais e estaduais.

O movimento sindical bancário atua pela proteção e segurança dos trabalhadores desde o início da pandemia. Fomos uma das primeiras categorias a negociar medidas de proteção aos trabalhadores. Assim, conseguimos que metade dos bancários, em todo o país, fossem colocados em home office ou em regime de rodízio nas agências. Na última mesa de negociação com os bancos, a Fenaban finalmente apresentou proposta de protocolo unificado contra a Covid-19, que será analisado pelo movimento sindical e debatido na próxima mesa.

Não desistimos da luta e da cobrança de vacina para todos já, mas avaliamos que os trabalhadores das atividades essenciais, como os bancários, têm que ser incluídos na prioridade da vacina já que ainda não há vacina pra todos. Estamos nessa luta com você!



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)



[bancariosce](https://www.youtube.com/channel/UC...)

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

BANCÁRIOS COBRAM PRIORIDADE NA VACINAÇÃO EM DIA NACIONAL DE LUTA

O Sindicato dos Bancários realizou mais uma semana de atividades em defesa da inclusão da categoria bancária como prioritária no Plano Nacional de Imunização (PNI).

A entidade vem, há algumas semanas, percorrendo os principais corredores bancários de Fortaleza e da Região Metropolitana para falar sobre a importância da inclusão da categoria bancária como prioritária no Plano Nacional de Vacinação. Já foram visitadas anteriormente agências do Centro, Aldeota, Messejana, Montese, Av. Francisco Sá, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Eusébio, além do Centro Administrativo do Banco do Nordeste (BNB), localizado no bairro Passaré, em Fortaleza.

DIA NACIONAL DE LUTA – No último dia 27/5, Dia Nacional de Luta pela inclusão da categoria bancária como prioritária na vacinação, o Sindicato visitou a Assembleia Legislativa do Estado.

O Sindicato levou faixas reforçando a necessidade da vacinação da categoria bancária que foi considerada como serviço essencial durante a pandemia, mas não é prioritária no PNI. Além disso, o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo, realizou visitas a parlamentares para falar e solicitar apoio para o pleito dos bancários.

A direção da entidade ainda percorreu agências de Fortaleza e Região Metropolitana para reforçar a necessidade da vacinação dos bancários.

Juntamente com a Contraf-CUT, a direção do Sindicato enviou ofícios ao Governo do Estado do Ceará, à Secretaria de Saúde e à Assembleia Legislativa solicitando a inclusão dos bancários como prioritários.

A atividade bancária é considerada essencial nos termos do Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que regulamentou a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 e tem por finalidade atender às demandas de todos os clientes, usuários dos serviços e de toda a sociedade, inclusive dos beneficiários das políticas públicas vigentes, como o auxílio emergencial.



BRADESCO: SINDICATO INTENSIFICA LUTA PELA VACINAÇÃO E CONTRA O ASSÉDIO MORAL



Na última quinta-feira, 27/5, o Sindicato dos Bancários visitou agências do Bradesco, em Fortaleza, para debater dois principais pontos que tem afligido a categoria.

O primeiro é a inclusão dos bancários como prioritários na vacinação contra a Covid-19, já que a atividade bancária é considerada essencial durante a pandemia. “Os bancários nunca pararam durante a pandemia, prestando atendimento à população, e por isso, nós acreditamos que os bancários têm o direito de ter a sua vacinação antecipada”, destaca o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Telmo Nunes.

Ele informa ainda que o Sindicato já solicitou audiência com o governador do Estado, Camilo Santana, com a Secretaria de Saúde, e vem buscando

apoio de parlamentares na Assembleia Legislativa. A Contraf já está buscando o Ministério da Saúde solicitando a inclusão dos bancários como categoria prioritária. “Estamos fazendo o debate com a categoria e também conscientizando clientes e usuários da necessidade de vacinar os bancários, até mesmo para prestar um serviço com garantias de que o cliente está sendo atendido por um trabalhador que está vacinado, minimizando os riscos de contaminação nas agências, ambientes fechados com alto risco de contaminação. É importante que a categoria saiba que estamos fazendo tudo que está ao nosso alcance para que a vacina chegue à nossa categoria”, ressaltou Telmo.

ASSÉDIO MORAL – “Nós temos

constatado, através da atuação da COE Bradesco, que o assédio moral tem crescido dentro do banco, nacionalmente, e nós estamos muito preocupados, pois isso traz um ambiente bastante insalubre”, destacou Telmo. “Diante da busca pelo lucro, o banco às vezes fica cobrando mais resultados e isso vem através do assédio moral e nós sabemos que isso é ilegal, não podemos permitir que isso aconteça”, completou. Ele disse ainda que o Sindicato está tentando corrigir essas questões localmente, mas se não for possível ou se o problema persistir, o Sindicato vai acionar a direção do Bradesco para resolver esse problema. Em casos de denúncia, procure o Sindicato: 85 3252 4266 ou bancariosce@bancariosce.org.br.

FENABAN APRESENTA PROPOSTA DE PROTOCOLO CONTRA A COVID-19

Em reunião dia 24/5, a Fenaban apresentou para o Comando Nacional dos Bancários uma proposta de protocolo de segurança unificado para orientar a prevenção contra a Covid-19. No encontro, o Comando cobrou mais uma vez que os bancos pressionem o governo federal para incluir a categoria bancária no Plano Nacional de Imunização (PNI).

“É importante uniformizar, porque às vezes chegamos em um banco e falta um item nas normas de segurança, em outro banco, não tem. Temos que ter um mínimo de padrão”, explicou a coordenadora do Comando Nacional e presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

A proposta de protocolo apresentada pela Fenaban é produto de um ano de debates e negociações com o Comando Nacional, que durante todo



o tempo cobrou normas padronizadas para garantir a segurança de bancários e bancárias em todo o país. A minuta dos bancos estabelece o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como máscara, além de procedimentos como desinfecção de agências e outros locais de trabalho em casos de contágio.

VACINAÇÃO – Mais uma vez, o

Comando cobrou as ações que os bancos estão fazendo para pressionar o governo federal para incluir a categoria bancária como essencial e prioritária no PNI. “É contraditório obrigar uma categoria a trabalhar e não a incluir como essencial no PNI”, disse Juvandia Moreira.

Outra cobrança feita aos bancos foram os dados do número de mortes na categoria por causa da Covid-19

e também o de contágios, que a Fenaban prometeu fornecer nos próximos dias. “Queremos utilizar esses dados para cobrar do Ministério da Saúde a inclusão da categoria como prioridade no PNI. Vamos mandar novo ofício para pedir uma reunião com o Ministério para tratar do tema. Se a gente não conseguir a reunião, vamos avaliar entrar na Justiça”, afirmou a coordenadora do Comando Nacional.

BANCÁRIOS REALIZAM ASSEMBLEIA PARA DELIBERAR SOBRE GREVE PELA VACINAÇÃO DA CATEGORIA

O Sindicato dos Bancários do Ceará convoca toda a categoria para participar de uma assembleia geral extraordinária, que se realizará de forma remota no próximo dia 1º de junho (terça-feira), às 18h30 em primeira convocação e/ou às 19h em segunda convocação.

Na pauta, o indicativo de greve para a categoria bancária a partir do dia 2 de junho (quarta-feira) pelo fato de os bancários, apesar de serem enquadrados como serviço essencial, não estão incluídos como prioritários no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

Para participar da assembleia, que será realizada através da plataforma Zoom, divulgaremos em breve um link para pré-inscrição.

Confira o edital:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará - SINTRAFI-CE, também denominado Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, com inscrição no CNPJ sob o nº. 07.340.953/0001-48 e registro sindical MTIC nº 208.327-59, por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os trabalhadores, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, para participarem da Assembleia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual no dia 01 de junho de 2021 às 18:30 em primeira convocação e as 19:00 em segunda convocação na forma disposta no site www.bancariosce.org.br onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte pauta: Indicativo de greve para a categoria bancária a começar a partir do dia 02/06/2021 pelo motivo dos bancários, apesar de ser enquadrado como serviço essencial, não ter sido incluído na 4ª fase de priorização para vacinação contra o COVID 19.

Fortaleza-CE, 31 de maio de 2021.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

PRESIDENTE DA PREVI RENUNCIA



Na terça-feira (25/5), o presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), José Maurício Coelho, renunciou ao cargo. Para os representantes dos funcionários do BB e entidades representativas dos trabalhadores, essa renúncia é um indício de tentativa de intervenção do governo federal no fundo de previdência, para acomodar aliados políticos. Em nota, eles afirmam que não aceitarão qualquer ingerência sobre o fundo, que é administrado por seus participantes.

Os participantes estão preocupados e com razão. Foi a nossa luta que garantiu nosso direito de eleger metade dos membros da diretoria, dos conselhos deliberativo, fiscal e consultivos da Previ. E é essa participação dos associados na direção da Previ que impede decisões unilaterais da direção do banco e que garante a defesa dos nossos direitos. A gestão da Previ não é terceirizada, ela é feita por associados, e eles têm interesse em fazer uma boa gestão porque sabem que um dia dependerão dessas aposentadorias. Portanto, é preciso evitar essa interferência com nossa organização e mobilização.

Leia ao lado, na íntegra, nota dos representantes dos funcionários repudiando qualquer tentativa de intervenção.

Não aceitaremos intervenção do Governo na Previ

Na última terça-feira, dia 25, o Presidente da Previ, José Maurício Coelho, renunciou ao cargo antes do final de seu mandato, que terminaria em maio do próximo ano. São fortes os indícios de que a renúncia não foi de livre e espontânea vontade, mas forçada por ordens do atual Governo, visando abrir espaço para acomodar aliados políticos na direção do banco e na direção da Previ.

Os funcionários do BB, associados ativos e aposentados da Previ estão preocupados com eventuais interferências que possam colocar em risco seus direitos e direcionar investimentos de interesse do Governo e de seus aliados, e que sejam prejudiciais ao patrimônio dos associados.

A Contraf e os sindicatos, solidários aos associados, repudiam qualquer tentativa de interferência externa indevida na Previ. O movimento sindical resistirá a estas investidas e lutará para manter as conquistas dos funcionários, principalmente em relação ao modelo de gestão paritária, um dos mais avançados e democráticos entre todos os fundos de pensão brasileiros.

As entidades sindicais, em conjunto com o funcionalismo do BB, lutaram para conquistar o direito de eleger a metade dos membros da diretoria, dos conselhos deliberativo, fiscal e consultivos da Previ. O banco indica seus representantes e os associados elegem os seus. Este equilíbrio de forças protege o fundo de pensão, pois a presença dos dirigentes eleitos impede que o banco tome decisões unilaterais em prejuízo dos verdadeiros donos da Previ, os associados.

Este modelo de governança precisa ser preservado. Os funcionários do banco, junto com as entidades sindicais, estão vigilantes para impedir qualquer retrocesso.

Para integrar a diretoria e os conselhos deliberativo e fiscal é preciso ser participante da Previ há pelo menos dez anos. Esta é uma das exigências estatutárias que membros do atual Governo querem excluir, para viabilizar nomeações de aliados que cumpram as suas ordens.

Não vamos permitir quaisquer interferências ou ameaças ao futuro da Previ.

Representantes dos funcionários do Banco do Brasil

SINDICATOS SE MOBILIZAM EM DEFESA DO BNB E DO FNE

A Contraf-CUT e as associações de funcionários dos bancos estão se articulando para derrubar a MP 1052/21. As entidades estão procurando os deputados e senadores para mostrar a eles os prejuízos que esta MP pode causar ao país e, especificamente, às regiões menos desenvolvidas. Até o dia 21/5 já haviam sido apresentadas 97 emendas à Medida Provisória 1052/2021. A deputada Luizianne Lins (PT/CE) apresentou cinco emendas à MP.

A Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB) realizou uma reunião no dia 26/5, através de videoconferência, e debateu estratégias de luta em defesa do FNE e do BNB. A intenção é articular os apoios de parlamentares e governadores do Nordeste. Uma nova reunião deve acontecer em breve reunindo representantes das comissões de funcionários do BNB e Basa para elaborar um calendário de lutas em defesa das instituições.

O povo também pode reagir, seja pela pressão sobre seus representantes seja mostrando sua contrariedade à proposta na consulta feita pelo Senado no portal e-Cidadania, acessando o link <https://bit.ly/3oXpcZb> e dizendo "Não" à proposta.

O QUE É A MP 1052 – A Medida Provisória (MPV) 1052/2021, publicada no Diário Oficial da União no dia 19/5, promove uma série de mudanças nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte (FNO), Nordeste (FNE)

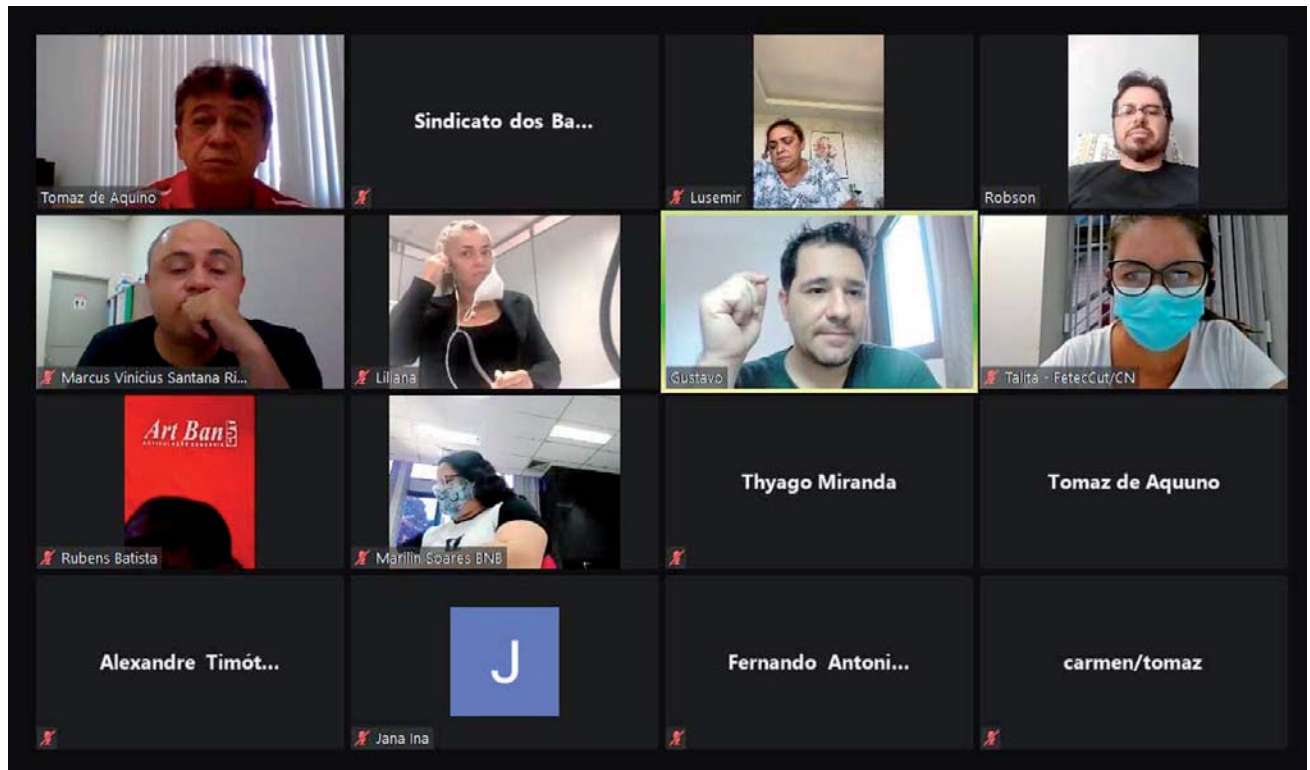
e Centro-Oeste (FCO) que podem prejudicar a sustentabilidade destes fundos e dos bancos públicos que os administram.

O Banco da Amazônia (Basa) é quem administra os recursos do FNO. Já os recursos do FNE são administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). As mudanças impostas pela MP 1052 visam a redução da taxa de administração cobrada pelos bancos. Com a redução das taxas de administração e Del Credere, as instituições deixam de ter recursos necessários para administrar os fundos constitucionais, pois eles requerem especialistas técnicos capazes de prospectar, contratar, liberar e administrar os pagamentos dos empréstimos do FNE. Além disso, não terão como arcarem com os riscos destes empréstimos. No BNB, por exemplo, 64,5% dos empréstimos concedidos em 2020 foram com recursos do FNE, a uma taxa de 3% a 6% (3% quando o banco assume 50% dos riscos e de 6% quando assume o risco sozinho), o que gerou uma receita Del

Crede (que é o que a MP pretende alterar) de R\$ 1,95 bi. Com a MP 1052/2021, a taxa de administração passaria para 1% em julho deste ano, e perderia 0,1% a cada ano, até alcançar o patamar de 0,5%, em 2026. E os bancos assumem todo o risco.

Além disso, de acordo com a MP, seria criado o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) que focaria em projetos através de recursos da União em todo o país, mas que deverá enfraquecer os bancos públicos regionais que gerem os fundos constitucionais (FNE, FNO e FCO).

"Isso fatalmente deve acarretar na retirada de recursos dessas regiões mais pobres, beneficiando regiões economicamente mais desenvolvidas, e prejudicar o papel de instituições como o BNB, que se baseia nos recursos aplicados pelo FNE para financiar o funcionamento de projetos de desenvolvimento regional. A missão do Banco estaria em risco", conclui o coordenador da CNFBNB, Tomaz de Aquino.



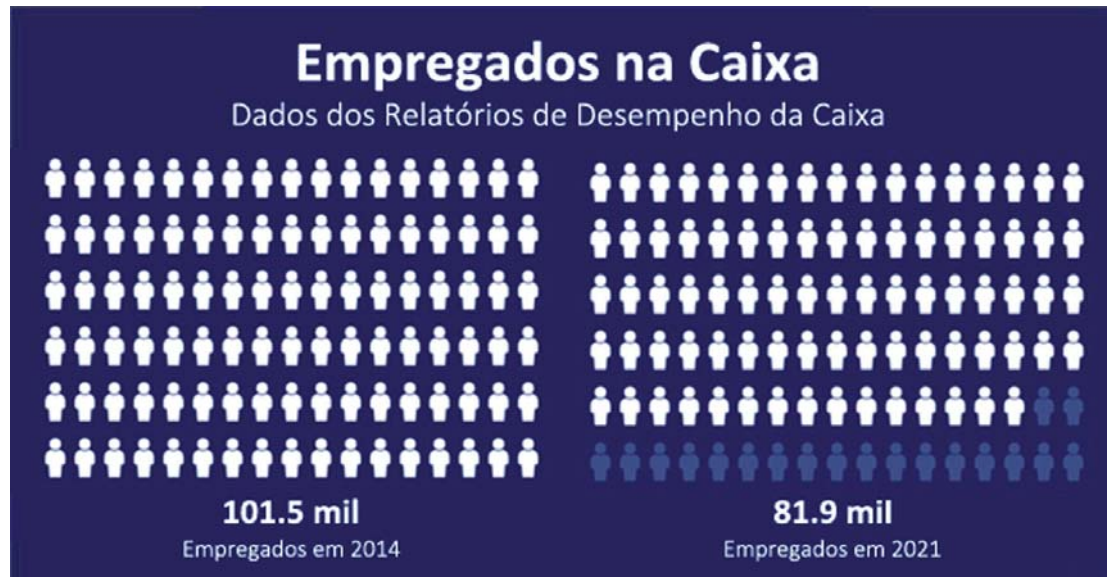
CAIXA ANUNCIA NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO, MAS NÚMERO DE EMPREGADOS É INSUFICIENTE

A Caixa Econômica Federal anunciou, no dia 20/5, a ampliação da rede de atendimento em 2021. Segundo o banco, serão 130 novas unidades, em 128 diferentes municípios. O aumento da rede comprova a necessidade e a importância do banco público para a população brasileira. No entanto, para atender as novas unidades, é preciso contratar mais empregados, uma vez que a Caixa tem um déficit atual de quase 20 mil trabalhadores.

Para se ter uma ideia, a Caixa fechou o ano de 2014 com 101,5 mil empregados. Hoje, de acordo com o balanço do 1º trimestre de 2021, o número caiu para 81.876 trabalhadores – 19.624 empregados a menos para atender a um público cada vez maior. Somente no último ano, 2.943 postos de trabalho foram fechados, influenciados pelo Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

Outro dado que impressiona é o número de clientes por empregado. Em 2007, a média era de 575,7 clientes por empregado; no primeiro trimestre deste ano, a média subiu para 1.780 – aumento de mais de 300%.

O banco diz que está em processo de contratações. Em março, a direção



da Caixa anunciou a convocação de 2.766 empregados. Informou também que está “em curso” a contratação de 566 bancários com foco no Norte e Nordeste, em função da abertura de novas unidades. Até o primeiro trimestre deste ano, contudo, 211 empregados foram admitidos.

NOVAS UNIDADES – Segundo matéria divulgada pela Caixa, das 130 novas unidades, 51 unidades serão especializadas em agronegócio e 79 unidades para atendimento ao público. Com a expansão da rede, a Caixa vai atu-

ar em todos os municípios com mais de 40 mil habitantes. Serão, no total, 4,3 mil unidades próprias, entre agências e unidades especializadas de atendimento. A Caixa conta, ainda, com 8.985 correspondentes Caixa Aqui; 13.226 unidades lotéricas, 2 agências-barco e 8 agências-caminhão. Das unidades de atendimento, 43 estarão no Nordeste, 33 na região Norte, 20 no Centro-Oeste, 20 no Sudeste e 14 na região Sul. Já as unidades especializadas no agronegócio, 18 estarão no Centro-Oeste, 12 no Sudeste, 12 no Sul, 5 no Nordeste e 4 na região Norte.

Desligamentos por morte

O número de desligamentos por morte de trabalhadores com carteira assinada cresceu 71,6% na comparação entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021, de acordo com o Dieese. Em números, essa porcentagem representa um aumento de 13,2 mil em 2020 para 22,6 mil em 2021. Se pegarmos os dados só da categoria bancária, esse número é ainda maior. O número de desligamentos por morte saltou de 55 no 1º trimestre de 2020 para 152 no mesmo período de 2021, crescimento de 176,4%. Foram comparados os dados do 1º trimestre de 2020, que não teve impacto muito significativo da pandemia, com o 1º trimestre de 2021, marcada pelo auge da segunda onda da covid-19 em março.

Passeio caro

A “motociata” promovida por Bolsonaro e seus apoiadores, dia 23/5, no Rio de Janeiro, envolveu mil policiais militares. Esse efetivo é o equivalente ao de um batalhão de PM de grande porte no Estado. Somente em custo de salário dos agentes envolvidos, considerando apenas as 6 horas usadas, a estimativa é um custo de R\$ 485 mil. Foram 33,5 km percorridos pela cidade, cruzando bairros das zonas Oeste e Sul. Para conseguir garantir a “manutenção da ordem”, conforme informou à PM, foram mobilizados 20 batalhões.

Bolsonaro em queda

A reprovação ao governo Bolsonaro subiu 5 pontos percentuais em relação a duas semanas atrás e atingiu o recorde de 59%, de acordo com pesquisa PoderData realizada na semana de 24 a 26/5, de acordo com o site Poder360. É a maior taxa de rejeição a Bolsonaro desde junho de 2020, quando essa pergunta passou a ser feita a cada 15 dias. Aumentou de 51% para 55% o percentual dos brasileiros que avaliam o trabalho pessoal de Bolsonaro como “ruim” ou “péssimo”. Outros 28% dizem que o presidente é “bom” ou “ótimo”, mesmo número da pesquisa anterior. Foram 2.500 entrevistas em 462 municípios nas 27 unidades da Federação. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.